

**Lei n.º 22/95 18 de Julho**

Alteração por rectificação do decreto-lei n.º 55/95 de 29 de Março

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), 165.º alínea c), 169.º, n.º 3, e 172.º da Constituição do seguinte:

Artigo 1.º

o artigo 105.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, passa a ter a seguinte redacção

Artigo 105.º

1 – .....

2 – .....

3 – .....

4 – O montante a que se refere o n.º 3 do artigo 13.º da Lei n.º 86/89, de 8 de Setembro, é fixado em 400 vezes o valor correspondente ao índice 100 da escala indiciária do regime geral da função pública, arredondado para a centena de contos imediatamente superior.

5 – Para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 390/82, de 17 de Setembro, o limite até ao qual é possível a realização de obras por administração directa é o valor previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 7.º do presente diploma.

6 – Os valores fixados nos termos do n.º 3 do presente artigo e da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 390/82, de 17 de Setembro; não poderão ser alterados durante a período do mandato dos órgãos, autárquicos.

7 – (*O actual n.º 5.*)

Art. 2.º O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 390/82, de 17 de Setembro, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 6.º

1 – .....

a).....

b).....

c).....

d) As obras que, postas a concurso nos termos da lei, não tenham sido licitadas ou não hajam sido adjudicadas.

2 – .....

Aprovada em 25 de Maio de 1995.

O Presidente da Assembleia da República, *António Moreira Barbosa de Melo*.

Promulgada em 27 de Junho de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES

Referendada em 29 de Junho de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Resolução da Assembleia da República n.º 34/95

Inquérito de Camarate

A Assembleia da República resolve, nos termos do artigo 169.º, n.º 5, da Constituição, o seguinte:

1 – Dar total publicidade ao processo, nos termos das normas legais aplicáveis.

2 – Facultá-lo, de imediato e integralmente, ao Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa e à Procuradoria Geral da República, no pressuposto de que pode conter elementos úteis à investigação criminal em curso.

3 – Manifestar o desejo de que as investigações em curso possam concluir-se utilmente dentro do prazo prescricional.

4 – Solicitar ao Ministro da Justiça que faculte de imediato ao Tribunal de Instrução Criminal e à Procuradoria-Geral da República todos os meios humanos, técnicos, materiais e financeiros que, eventualmente, permitam a rápida descoberta dos autores da presumível acção criminosa.

5 – Manifestar público reconhecimento pelas contribuições para o trabalho da Comissão de Inquérito dos representantes dos familiares das vítimas, dos peritos, que, nas várias áreas, prestaram um auxílio imprescindível, e ainda para os funcionários da Assembleia da República que colaboraram com a Comissão.

Aprovada em 21 de Junho de 1995.

O Presidente da Assembleia da República, *António Moreira Barbosa de Melo*.